



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019**

PROVA OBJETIVA – DIREITO

Direito Constitucional

1. Sobre o Direito Constitucional brasileiro e a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Poder Constituinte originário é aquele exercido pelos parlamentares quando da proposição, análise e promulgação de Emendas à Constituição;
- b) o controle concentrado de constitucionalidade é exercido pelos magistrados de 1º grau quando julgarem teses de inconstitucionalidade utilizadas como causa de pedir em uma demanda;
- c) é admitida a utilização de provas colhidas por meios ilícitos, desde que se esteja diante de um caso de extrema relevância para a sociedade;
- d) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
- e) o Ministério Público do Trabalho, assim como o Ministério Público eleitoral, não integra o Ministério Público da União.

2. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) somente brasileiros, natos ou naturalizados, podem assumir cargo, emprego ou função em instituições públicas no Brasil;
- b) a Constituição não conferiu ao servidor público o direito à greve, já que os serviços públicos são sempre essenciais e não podem sofrer qualquer paralisação;
- c) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- d) o provimento de cargos em comissão, ainda que de livre nomeação e exoneração, também devem ser precedidos de concurso público;
- e) pela natureza do cargo, o servidor público civil deverá sempre estar filiado a um sindicato.

3. Considerando o que a Constituição Federal de 88 dispõe sobre a Administração Pública, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários,

- a) a de dois cargos de profissionais de

engenharia;

- b) a de um cargo de professor com outro de nível médio;

- c) a de três cargos de médico;

- d) a de dois cargos de nível médio, independentemente da área de atuação;

- e) a de dois cargos de professor.

4. O servidor público estável somente perderá o cargo público:

- a) após decisão fundamentada de sua chefia imediata;

- b) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;

- c) em cumprimento provisório a sentença judicial ainda não transitada em julgado;

- d) mediante processo administrativo sumário, no qual não é assegurado o direito de defesa;

- e) após decisão expressa e fundamentada da comissão formada por servidores integrantes da mesma instituição, sendo imediata a demissão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

5. Sobre o Direito Administrativo brasileiro, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) o poder de polícia é concebido como a possibilidade de o superior hierárquico aplicar penalidades ao servidor a ele subordinado;

- b) em um certame licitatório, como critério de desempate, será assegurada a preferência a bens ou serviços produzidos fora do país;

- c) não pratica ato de improbidade administrativa o agente público que ordena ou permite a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

- d) as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança ocupado pelo agente infrator;

- e) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019

PROVA OBJETIVA – DIREITO

agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

6. Acerca dos princípios básicos da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) entre os princípios da administração pública expressos no art. 37 da Constituição de 1988, estão a Legalidade, a Impessoalidade e a Eficiência;
- b) o princípio da publicidade impede que seja conferido qualquer grau de sigilo aos documentos em trâmite nos órgãos públicos;
- c) o princípio da eficiência é meramente informativo, não sendo levado em conta na verificação periódica de desempenho dos servidores públicos;
- d) o princípio da legalidade é comumente entendido como uma permissão para que o administrador possa realizar tudo o que a lei não proíbe;
- e) o princípio da impessoalidade é uma exceção no serviço público, podendo o administrador, por exemplo, nomear membro de sua família para ocupar cargo em comissão a ele subordinado.

7. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) a quitação com as obrigações militares não é requisito para a investidura em cargo público;
- b) serão reservadas até 35% das vagas em concursos públicos às pessoas portadoras de deficiência;
- c) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;
- d) a ascensão é uma das formas de provimento de cargo público, podendo o servidor de nível médio acessar um cargo de nível superior após a colação de grau;
- e) ao entrar em exercício, o servidor público ficará sujeito a um estágio probatório pelo

período de 12 meses.

8. Ainda sobre as disposições da Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) em regra, é permitida a prestação de serviços gratuitos pelo servidor público;
- b) a posse de servidor nomeado não poderá se dar por meio de procuração específica;
- c) a posse em cargo público não depende de inspeção médica prévia;
- d) no ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
- e) após tomar posse, o servidor terá o prazo de 30 dias para entrar em exercício.

DIREITO PENAL

9. Segundo o princípio da anterioridade da Lei, contido no art. 1º do Código Penal:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Há crime sem lei anterior indefinida e não há pena sem prévia cominação legal.
- c) Não há contravenção penal sem lei ordinária posterior que o defina e haverá pena sem prévia cominação legal.
- d) Há contravenção penal sem lei extravagante que o defina e não haverá contravenção penal sem posterior cominação legal.
- e) Não há crime sem lei posterior e anterior que o defina. Não há responsabilidade civil sem prévia cominação legal.
- e) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas haverá pena com caráter cruel.

10. Dentre os tipos penais abaixo, qual deles o Código Penal tipifica como crime contra a fé pública?

- a) Abate de animal para consumo próprio.
- b) Provocar incêndio em mata ou floresta.
- c) Fraude em licitação.
- d) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019

PROVA OBJETIVA – DIREITO

e) Moeda Falsa.

11. Segundo o art. 3º da Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98):

a) As pessoas físicas não serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

b) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

c) As pessoas jurídicas não serão responsabilizadas civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

d) As pessoas jurídicas e físicas não serão responsabilizadas administrativamente e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

e) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas somente administrativa e civilmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

12. Segundo a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

a) realização trabalhos forçados e prisão;

b) sofrerá prisão preventiva e será submetido a

penas de caráter cruel;

c) advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo;

d) terá todo o patrimônio pessoal confiscado, dentre outras consequências;

e) será condenado pela prática de tráfico de drogas e será obrigado a prestar serviços à comunidade.

13. Dentre os tipos penais abaixo, qual deles o Código Penal tipifica como crime contra a Administração Pública?

a) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.

b) Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.

c) Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.

d) Peculato.

e) Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

14. Acerca do Inquérito Policial, assinale a assertiva **CORRETA**:

a) O inquérito policial não pode ser iniciado de ofício pela autoridade policial;

b) O arquivamento do inquérito policial pode ser determinado pela autoridade policial, pelo Ministério Público ou pelo juiz;

c) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado;

d) O ofendido pode requerer diligências, cuja realização será sempre indeferida pela autoridade policial;

e) Os autos do inquérito policial são públicos,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019**

PROVA OBJETIVA – DIREITO

em razão do interesse da sociedade.

15. De acordo com o Código de Processo Penal, deverão ser observados os seguintes prazos para finalização do Inquérito Policial:

- a) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante; e 20 dias, quando estiver solto.
- b) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante; e 30 dias, quando estiver solto.
- c) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante; e 30 dias, quando estiver solto.
- d) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante; e 15 dias, quando estiver solto.
- e) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante; e 45 dias, quando estiver solto.

16. Sobre a Ação Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- d) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- e) A instauração do Inquérito Policial é indispensável, ainda que a representação tenha oferecido elementos que habilitem o Ministério Público a promover a ação penal.

17. Acerca dos princípios que orientam o Direito Processual Penal, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- b) O contraditório e a ampla defesa são assegurados apenas aos litigantes em processo

judicial.

- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- e) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

18. Assinale a alternativa que contém o recurso cabível contra as sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular:

- a) Apelação.
- b) Recurso em Sentido Estrito.
- c) Agravo em Execução.
- d) Recurso Inominado.
- e) Embargos de Declaração

DIREITO CIVIL

19. Considerando o que o Código Civil prevê a respeito das pessoas naturais, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção;
- b) Os ébrios habituais são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil;
- c) O exercício de emprego público efetivo é uma das formas de cessação da incapacidade para os menores;
- d) Sem decretação de ausência, não pode ser declarada a morte presumida; e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, embora seja possível averiguar que algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

20. A respeito dos direitos da personalidade, considerando as disposições do Código Civil sobre esse tema, é **CORRETO** afirmar que:

- a) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, desde que parcialmente, para depois da morte;
- b) O ato de disposição do próprio corpo pode



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019

PROVA OBJETIVA – DIREITO

ser livremente revogado a qualquer tempo;

c) Se for para propaganda comercial, o uso do nome alheio não requer autorização;

d) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, de modo que seu exercício só pode sofrer limitação voluntária;

e) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, mas a reclamação por perdas e danos exclui a possibilidade de outras sanções previstas em lei.

21. De acordo com as disposições do Código Civil sobre as diferentes classes de bens, é **CORRETO** afirmar que:

a) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, não perdem o caráter de imóveis;

b) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes são considerados imóveis para os efeitos legais;

c) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes;

d) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária;

e) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, salvo se classificados como de uso comum.

22. À luz do Código Civil, no que se refere ao negócio jurídico, é **CORRETO** afirmar que:

a) A validade do negócio jurídico pressupõe, invariavelmente, objeto determinado;

b) A impossibilidade inicial do objeto só não invalida o negócio jurídico se for elativa;

c) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;

d) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível;

e) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente

fundado temor de dano iminente e considerável, necessariamente, à sua pessoa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. Considerando as disposições do novo Código de Processo Civil a respeito das partes e dos procuradores, é **INCORRETO** afirmar que:

a) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei;

b) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composses ou de ato por ambos praticado;

c) A massa falida será representada em juízo pelo administrador judicial;

d) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente;

e) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.

24. De acordo com as regras do Código de Processo Civil vigente sobre intervenção de terceiro, é **CORRETO** afirmar que:

a) A assistência será admitida em qualquer procedimento do primeiro grau de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre;

b) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido;

c) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, em nenhuma hipótese, discutir a justiça da decisão;

d) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado não poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante;

e) Não é admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu do afiançado, na ação em que o fiador for réu.

25. Em relação aos atos processuais em geral,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019

PROVA OBJETIVA – DIREITO

à luz do Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Os atos processuais são públicos, mas tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social;
- b) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores;
- c) O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença;
- d) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso;
- e) Proceder-se-á normalmente à intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

26. Considere as disposições do novo Código de Processo Civil sobre recursos e, dentre as assertivas a seguir, marque a **CORRETA**.

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que obtenha a anuência do recorrido ou dos litisconsortes;
- b) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a de recebimento da correspondência pelo cartório respectivo;
- c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses;
- d) Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões;
- e) Os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão, serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

LÍNGUA PORTUGUESA

27. Assinale a opção em que a palavra foi empregada **INCORRETAMENTE**:

- a) Ela disse que há 10 anos ganhou uma viagem para a Europa.
- b) Daqui há um ano, terminarei a graduação.
- c) Acorde cedo, senão perderá a entrevista.
- d) A última sessão de cinema começa às 21 horas.
- e) A temporada de caça começou mais cedo este ano.

28. Complete as lacunas da frase **CORRETAMENTE**:

Aqueles que _____ da cidade grande, _____ o interior como o mundo que lhes _____.

- a) vêem – vêm – convêm
- b) vêm – veem – convém
- c) veem – vêm – convem
- d) vêmm – vêem – convém
- e) vêm – vem – convem

29. Assinale o item em que foi empregado **INCORRETAMENTE** o pronome se, si ou consigo:

- a) Machucou-se quando brincava com a faca e a virou para si.
- b) Ela apenas cuida de si.
- c) Quando você vier, traga consigo a informação pedida.
- d) Mário se atribui o direito de acabar com a festa.
- e) Espere um momento, Letícia, pois tenho que falar consigo.

30. Quanto à concordância, assinale a frase **CORRETA**:

- a) Quanto menos interferências existirem, melhor será.
- b) Houveram fraudes e acredito que sempre não de existir.
- c) É necessário a colaboração de todos.
- d) Sem educação, não pode existir cidadãos conscientes.
- e) Já deviam serem umas dez horas da manhã quando todos foi embora.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2019**

PROVA OBJETIVA – DIREITO

RASCUNHO				
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30